



COOPERCASCA LTDA.

Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte

III - Cobrir as perdas do exercício, quando houver, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;

IV - Não permitir que terceiros e estranhos da sociedade se beneficie dos serviços de rádio e telefonia;

V - Levar ao conhecimento do Conselho de Ética, ou ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e, o código de ética;

VI - Zelar pelo bom nome, pelo patrimônio material e moral da cooperativa;

VII - Não praticar e nem permitir política partidária dentro da sociedade;

VIII - Executar todos os serviços que lhes forem atribuídos pela Cooperativa, obedecendo às normas estatutárias da sociedade;

IX - Subscrever e realizar as quotas-partes da sociedade, que lhe couber, na forma deste Estatuto;

X - Cumprir as disposições da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno e ainda as deliberações das Assembléias Gerais e as do Conselho de Administração;

XI - Satisfazer pontualmente os compromissos para com a Cooperativa, seus fornecedores e clientes;

XII - Contribuir com o que lhe couber, conforme este Estatuto, para a cobertura das despesas da Cooperativa;

XIII - Colaborar com a Cooperativa no cumprimento do seu objeto social;

XIV - Ressarcir pontualmente os prejuízos a que der causa, para com a Cooperativa e seus clientes, se for responsabilidade comprovada.

XV - Colaborar com o Conselho de Administração nos planos de expansão e de desenvolvimento da sociedade Cooperativa, apoiando as iniciativas que visem à melhoria da qualidade no fornecimento de serviços e das condições sócio-econômicas dos cooperados;

XVI - Manter atualizados seus dados cadastrais, principalmente seu endereço residencial, telefone de contato e documentos do veículo com o qual presta serviços;

XVII - Portar os documentos pessoais e do veículo com o qual estiver trabalhando sempre em dia e em regularidade com a legislação vigente;

XVIII - Assumir as responsabilidades civis e criminais sobre todo e qualquer prejuízo causado a clientes ou a terceiros, em função de eventuais acidentes a que der causa, incluindo a responsabilidade;

XIX - Participar de pelo menos uma a cada três assembléias gerais.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO

Art. 20º - Para se tornar um cooperado da Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte Ltda - COOPERCASCA, a pessoa física interessada necessita de:



COOPERCASCA LTDA.

Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte

I - Preencher a Ficha de Matrícula, com a assinatura dele e de mais duas testemunhas, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se;

II - Subscriver e integralizar as quotas-partes do capital social da Cooperativa, nos termos e condições previstas neste Estatuto, mantendo no mínimo 1.620 (um mil, seiscentos e vinte) quotas partes de R\$1,00 (um real) cada, conforme decisão da Assembléia e consulta à Ocemg;

III - Efetuar contribuição de melhoria administrativa operacional com valor estipulado em Assembléia, porém o tempo de sua existência ficará a cargo do Conselho de Administração;

IV - Apresentar certidão negativa do Cartório Distribuidor e CDL, A Serasa ficará a cargo da administração, com despesas sendo pagas pelo candidato a admissão;

V - Apresentar todos os documentos exigidos pelo Regimento Interno, ou os que o Conselho de Administração da Cooperativa vier a solicitar;

Parágrafo único - O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do candidato, por impossibilidade técnica de prestação de serviços, por não haver oportunidade imediata de trabalho, bem como o não-atendimento às normas básicas do ingresso, ou quando seus atos ou antecedentes não o recomendarem.

CAPÍTULO III

DA DEMISSÃO, DA ELIMINAÇÃO E DA EXCLUSÃO.

SEÇÃO I

Art. 21º - A demissão do cooperado se dará unicamente a seu pedido e não poderá ser negada. Será requerida através de carta endereçada ao Conselho de Administração, que a submeterá a apreciação na primeira reunião após a data do pedido.

Parágrafo único - A efetivação da demissão descrita no "caput" se formalizará com a respectiva averbação na Ficha de Matrícula, mediante termo assinado por um representante do Conselho de Administração.

SEÇÃO II

DA ELIMINAÇÃO

Art. 22º - A eliminação do cooperado será efetivada em virtude de infração da lei em geral deste Estatuto ou do Regimento Interno, e será procedida pelo Conselho de Administração depois de notificado ao infrator dos motivos que a determinaram, devendo os termos da eliminação constarem na ficha de matrícula, assinados por um representante do referido conselho.

Parágrafo 1º - Carta de notificação da decisão será remetida ao associado por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

Parágrafo 2º - O cooperado infrator, após o recebimento da comunicação, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento para, se quiser, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral, onde será analisado e julgado o recurso interposto, aprovando ou revogando a decisão do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O cooperado notificado da sua eliminação poderá ter antecipado seus eventuais débitos para com a Cooperativa, que deverão ser restituídos ou compensados caso a eliminação seja revogada.



COOPERCASCA LTDA.

Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte

Art. 23º - O cooperado poderá ser eliminado da Cooperativa pelo Conselho de Administração, por um dos motivos abaixo, devendo o processo de eliminação respeitar o rito previsto no **Art. 22º** deste Estatuto.

I - Repassar, para não associados, serviços de rádio e telefonia de uso exclusivo de associados da Cooperativa;

II - Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa, e dentro do trimestre atrasar pagamentos referentes a sua obrigação de associado, salvo haja paralisação do veículo com comprovação da oficina.

III - Manter qualquer atividade que conflite com os objetos sociais da cooperativa;

IV - Agredir fisicamente ou moralmente Diretores, associados, funcionários ou clientes, com comprovação de testemunhas;

V - Emissão de cheque para pagamento de compromisso com a cooperativa no qual não se dê a devida compensação. E não fazer a quitação do débito no prazo determinado de 15 dias;

VI - Exercer qualquer atividade que seja considerada prejudicial à sociedade ou que venha colidir com o seu objeto, finalidades ou interesses, ou ainda, praticar atos que desabonem o conceito e a idoneidade da Cooperativa;

VII - Estar envolvido na prática de atos criminosos ou ilegais; (comprovadamente).

VIII - Desrespeitar a lei 5764 / 71, este Estatuto ou o Regimento Interno;

IX - Não comparecer a 3 (três) assembléias gerais, consecutivas;

X - Concorrer com a Cooperativa no mercado de trabalho e/ou prestar informações sobre o funcionamento da mesma ou de seus clientes a terceiros;

XI - Recusar-se a utilizar os equipamentos de proteção e segurança, demandados pela legislação ou por determinação da Cooperativa.

Parágrafo único: não será motivo de eliminação para fins do inciso III, VI e X a permanência dos cooperados ou auxiliares em telefones particulares.

SEÇÃO III

DA EXCLUSÃO

Art. 24º - A exclusão do cooperado se processará:

I - Por sua morte;

II - Por incapacidade civil não suprida;

III - Por não atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na sociedade;

IV - Por dissolução da pessoa jurídica.

Art. 25º - O ato de exclusão do associado, nos termos do inciso "III" do artigo anterior será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de



COOPERCASCA LTDA.

Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte

matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

SEÇÃO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do associado na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 27º - Os deveres de associados demitidos, eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembléia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 28º - Nas Assembléias Gerais da sociedade Cooperativa, somente poderá votar o sócio que estiver presente no recinto, sendo proibida sua representação pessoal na forma de mandato ou procuração.

Parágrafo único - Cada sócio-cooperado presente terá direito a apenas 1 voto, desde que em gozo pleno dos seus direitos e obrigações para com a Cooperativa, independentemente do número de quotas adquiridas, conforme o **Art. 4º**, da Lei Federal 5.764/71.

Art. 29º - Núcleos de cooperados residentes a mais de 50 km da sede da Cooperativa ou após a sociedade atingir mais de 3000 sócios ativos podem eleger e nomear Delegados para representá-los, na forma do Art. 42, Parágrafo 2º e 4º da Lei acima citada.

I - Neste caso, cada Delegado, que obrigatoriamente será um sócio-cooperado no gozo pleno dos seus direitos, será eleito por um período de 6 (seis) meses e representará até 50 (cinquenta) cooperados por núcleo.

II - Enquanto indiviso o quinhão respectivo, os herdeiros de um cooperado podem se fazer representar nas Assembléias Gerais pelo inventariante. Não podendo este votar ou ser votado.

Parágrafo único - Não podem ser representados, nas Assembléias Gerais, os sócios que residirem ou atuarem num raio de menos de 50 km da sede da Cooperativa.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 30º - O Conselho de Administração da cooperativa definirá, através do Regimento Interno, a forma de organização do seu quadro social.

Art. 31º - Os representantes do quadro social junto à administração da cooperativa terão, entre outras, as seguintes funções:

I - Servir de elo entre a administração e o quadro social;

II - Explicar aos associados o funcionamento da cooperativa;

III - Esclarecer aos associados sobre seus deveres e direitos junto à cooperativa.

TÍTULO III

DO CAPITAL

Art. 32º. O capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-parte subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 32.400,00 (Trinta e dois mil e quatrocentos reais)

Art. 33º. O capital é subdividido em quotas-parte no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.

Art. 34º. A quotas-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matrícula.

§ 1º. A transferência de quotas-parte entre cooperados, total ou parcial, será escriturada no Livro de Matrícula mediante termo que contenha as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

§ 2º. O cooperado deve integralizar as quotas-parte à vista ou caso o Conselho de Administração aprove, em parcelas periódicas, devendo o referido órgão de administração estabelecer o número e dia de vencimento para pagamento das parcelas.

§ 3º. Para efeito de integralização de quotas-parte ou de aumento do capital social, a Cooperativa poderá receber bens, desde que avaliados previamente, e feita homologação da Assembleia Geral.

Art. 35º. O número de quotas-parte do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 1620 (Um mil seiscentos e vinte) quotas-parte ou superior a 1/3 (um terço) do total subscrito pela sociedade.

Parágrafo 1º - Para efeito de admissão de novos associados ou novas subscrições, a Assembleia Geral atualizará anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto, o valor da quota-parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda publicados por entidade oficial do Governo.

Parágrafo 2º - Nos ajustes periódicos de contas com os associados, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-parte do capital.

Parágrafo único - O capital social será ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas a serem subscritas.

Art. 36º - O critério de subscrição de quotas-partes, referido neste artigo, bem como as formas e os prazos para sua integralização, serão estabelecidos pela Assembleia Geral, com base em proposição do Conselho de Administração que, entre outros, considere:

I - Os planos de expansão da cooperativa;

II - As características dos serviços a serem implantados;

III - A necessidade de capital para imobilização e giro.